

Por que história no primeiro capítulo do TCC?

Ius Commune – Grupo de Estudos em História da Cultura Jurídica

Dirigimo-nos aqui a todos aqueles que estão em processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso. A experiência de nosso grupo (já em atividade há algum tempo) e a constante participação em bancas de monografia, julgamos, permite-nos essa ousadia. Pretendemos dar aos acadêmicos algumas sugestões a bem da relevância jurídica de seu TCC e da preservação do *status* intelectual deste nosso já maltratado Centro de Ciências Jurídicas - CCJ.

Seremos diretos, objetivos e exatos. Em dois itens, supomos, poderemos ajudá-lo a construir algo que supere o ritual de aplicação de “receitas prontas para construção de um TCC” seguido em nossa Academia.

Referimo-nos, em específico, à constante prática dos acadêmicos de, na primeira parte do trabalho de conclusão do curso, reservar espaço à história do instituto jurídico pesquisado, em parte da obra também conhecida como “digressão histórica” ou “quadro evolutivo”. Queira acompanhar-nos, por gentileza.

(I) Olhe para o primeiro capítulo de sua monografia; pergunte-se: Qual é o sentido destas páginas? Será que elas cumprem o papel de elucidar os capítulos posteriores do TCC, fornecendo o substrato teórico para melhor acompanhá-los (seja para mostrar conformidades e continuidades do objeto do estudo,

seja para revelar-lhe contradições e rupturas percebidas ao longo da história)? Ou se trata tão somente de algumas páginas, construídas com base em um passeio por legislações e textos que apenas adicionam volume sem relacionar-se com o restante do trabalho? É, de fato, necessário ir à antiga Suméria (por meio de referências que muitas vezes representam “citação da citação”) para esclarecer a constitucionalidade da “desaposentação”? É realmente preciso citar Platão ou a ilha de Creta para dizer que o dinheiro público não pode ser apropriado pelos agentes estatais?

(II) Por favor, releia seu texto. Procure verificar quantas vezes você mencionou a palavra “evolução” (não esqueça: os editores de texto facilitam enormemente tal tarefa). Você ao menos cogitou explicitar o que entende por “evolução”? Insira uma nota de rodapé, explicando o que significa, para você, tal termo. Aproveite o embalo para outra reflexão: sem dúvida, uma geladeira evolui ao atingir um modelo mais eficiente, que melhor conserva os alimentos consumindo menos eletricidade; entretanto – questionamos - será possível dizer o mesmo em relação ao direito e à moral de determinado momento histórico? Você bem que poderia “perder” algumas linhas com essa temática. Creia-nos: assim agindo, seu trabalho começará a ficar interessante do

ponto de vista histórico. Que tal um pequeno esforço nesse sentido? Perceba: não queremos influenciá-lo em suas posições, almejamos tão só que elas venham justificadas, sem falsos consensos ou pressuposições que diminuam o valor acadêmico de seus esforços.

Última dica a você, corajoso acadêmico que nos seguiu até aqui: antes da defesa pública do escrito, faça um pequeno esboço “esquemático” (como está na moda editorial em nosso meio) de seu primeiro capítulo. Em poucas linhas, resuma a que pontos do restante de seu opúsculo a primeira parte do trabalho alcança; em tópicos, registre em que, por que e para que essas conexões são importantes diante da conclusão a que você chegou (ou a que pretende chegar).

Se lhe foi possível realizar tal tarefa é sinal de que a reflexão histórica possui sentido em seu trabalho. Caso contrário, talvez seja caso de rever seu primeiro capítulo: você, tecnicamente, não precisa dele para alcançar suas conclusões. A nós – devotados ao estudo da história -, é-nos imperioso alertá-lo: no seu trabalho, o primeiro capítulo não passa de um artifício destinado a preencher folhas de papel; o estudo sério da história do direito, por sua vez, não tem nada que ver com isso. ●